



## Da Psicologia Sócio-Histórica a Psicologia Comunitária: Aproximações pelo viés da transformação social

*Nelsivânia Pinheiro de Galiza<sup>1</sup>, Wallyson Martins Ribeiro<sup>2</sup>; Adriana Sousa Chaves<sup>3</sup>*

**Resumo:** Este ensaio analisa a Psicologia Sócio-histórica e Comunitária como perspectivas para a transformação social. Historicamente, a Psicologia negligenciou as populações excluídas, afastando-se da superação das desigualdades. A Psicologia Sócio-histórica, fundamentada no pensamento de Vygotsky, propõe uma abordagem crítica, considerando o indivíduo em interação com seu contexto social. Silvia Lane desempenhou papel central ao vincular essa perspectiva à Psicologia Social Comunitária, que busca reduzir as desigualdades. O ensaio baseia-se em uma revisão teórica sobre essas abordagens e suas implicações práticas. Conclui-se que a Psicologia Sócio-histórica e Comunitária podem contribuir para a conscientização coletiva e a autonomia das comunidades, promovendo a transformação social. Contudo, destaca-se a necessidade de colaboração com outras áreas para alcançar mudanças concretas e duradouras.

**Palavras-chave:** Psicologia Sócio-histórica; Psicologia Comunitária; Transformação Social.

## From Socio-Historical Psychology to Community Psychology: Approaches from the perspective of Social Transformation

**Abstract:** This essay analyzes Socio-Historical and Community Psychology as perspectives for social transformation. Historically, Psychology has neglected excluded populations, moving away from overcoming inequalities. Socio-Historical Psychology, based on Vygotsky's thinking, proposes a critical approach, considering the individual in interaction with his/her social context. Silvia Lane played a central role in linking this perspective to Community Social Psychology, which seeks to reduce inequalities. The essay is based on a theoretical review of these approaches and their practical implications. It is concluded that Socio-Historical and Community Psychology can contribute to collective awareness and community autonomy,

<sup>1</sup> Psicóloga Clínica. Graduação e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. Autora correspondente: nelgaliza@yahoo.com.br;

<sup>2</sup> Psicólogo na Política de Diretos Humanos. Graduação em Psicologia pelo Centro Universitário do Maranhão. Especialista em Psicologia Social pelo Conselho Federal de Psicologia. wallysonscort@hotmail.com;

<sup>3</sup> Psicóloga na Política de Assistência Social. Graduação e Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão. Graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão. drisouchaves@gmail.com.

promoting social transformation. However, it highlights the need for collaboration with other areas to achieve concrete and lasting changes.

**Keywords:** Socio-Historical Psychology; Community Psychology; Social Transformation.

## Introdução

Este ensaio tem como proposta refletir, a partir do olhar da Psicologia Social, sobre a transformação social, mais especificamente pretende-se trabalhar pelo ponto de vista da Psicologia Sócio-histórica e da Psicologia Comunitária para suscitar questões que se entrelacem com as propostas de tais perspectivas que tem no cerne da sua teoria a preocupação com a população mais pobre e por muitas vezes excluídas.

A Psicologia não demonstrou preocupação com tal clientela ao longo de sua história, e dessa forma absteve-se de ter uma práxis voltada para ações que estivessem relacionadas com a transformação social. Acreditamos que uma proposta crítica da Psicologia é essencial para caminharmos na intenção de contribuir para uma mudança social que permita a grande parcela menos favorecida uma condição melhor de vida e quem sabe atuar da diminuição das desigualdades sociais.

Quando tratamos de pessoas que vivem em situação de pobreza é relevante suscitar que algumas delas tornam-se excluídas socialmente, sendo válido destacar que pobreza e exclusão não são sinônimos, mas estão fortemente articuladas (Wanderley, 2012).

O que deve ficar claro é que a situação de carência social extrema, de precariedade da condição de vida, de ausência de renda pode conduzir a exclusão. As desigualdades existentes no que tange ao acesso ao serviço de educação, de saúde, ao mercado de trabalho, a moradia, ou seja, a vários tipos de políticas públicas, podem ser determinantes para sua condição de excluído (Wanderley, 2012).

Dessa forma para pensarmos na questão de transformação social é importante relacionar com as desigualdades existentes e que geram um cenário de exclusão de uma parcela da população, de modo que não conseguimos conceber uma transformação sem uma diminuição das disparidades sociais e econômicas. Para caminharmos nessa direção é válido discorrer aqui sobre Psicologia Social que nos permite refletir sobre tais questões e que de alguma maneira orienta para uma prática que possa contribuir para uma mudança social. Destacamos que

prioritariamente serão consideradas as perspectivas psicológicas que se materializaram no contexto da América Latina, que foram suscitadas a partir da crise do modelo norte-americano de Psicologia Social, que não buscavam superar os problemas socioeconômicos e por conseguinte, não se adequava as necessidades da população latina (Góis, 2005). Sem esquecer obviamente da contribuição da Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski que foi fundamental para a construção da Psicologia Sócio-histórica que influenciou a Psicologia Comunitária.

Concordamos com Sawaia (2009, p. 365) quando ela afirma que:

Todos temos o firme propósito de assegurar a presença da Psicologia Social na análise das questões sociais como um saber militante em nossas atuações em comunidade, em movimentos sociais, em políticas públicas de saúde e de assistência social, bem com em outras ações de caráter coletivo, e enfrentamos dificuldades geradas pela falta de referencial analítico que oriente as práticas emancipadoras.

Por muito tempo a Psicologia Social não dedicou a necessária atenção às questões práticas e teóricas, como já mencionado anteriormente, que se relacionam com a realidade vivenciada por muitas pessoas que são afetadas por situações sociais graves e que promovem carências diversas. Garantir esse saber militante é de certa forma priorizar o que foi esquecido pela Psicologia ao longo da história. Propor uma prática que tivesse como objetivo trabalhar com a população pobre é primordial para referenciar ações transformadoras e emancipadoras.

Nesta direção, se encontra a Psicologia Sócio-histórica, que pode apresentar uma possibilidade de atuação transformadora, já que está voltada para as necessidades sociais. Tal abordagem foi embasada no materialismo histórico-dialético marxista, o que já sinaliza uma vertente de pensamento crítico (Gonçalves, 2003).

Aqui cabe um esclarecimento sobre os pressupostos em que foi pautada a Psicologia Sócio-histórica e para tanto é relevante descrever sobre a Psicologia Histórico-Cultural. Vigotski é o seu principal teórico e ele foi influenciado pelo pensamento de Karl Marx que constrói uma dialética materialista.

O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou mesmo o corpo teórico que pensa a ciência da história e supõe que não existem oposições dualistas/dicotômicas entre as instâncias sociais e individuais, objetividade e subjetividade, interno e externo (Alves, 2010).

Tendo um suporte teórico na teoria marxista, Vigotski (2000, p. 3) enuncia o que seria a Psicologia Histórico-Cultural:

A palavra história (psicologia histórica) significa duas coisas: 1) abordagem dialética geral das coisas – neste sentido qualquer coisa tem sua história, neste sentido Marx: uma ciência – a história, ciências naturais = história da natureza, história natural; 2) história no próprio sentido, isto é a história do homem. Primeira história = materialismo dialético, a segunda – materialismo histórico. As funções superiores diferentemente das inferiores, no seu desenvolvimento, são subordinadas às regularidades históricas (veja o caráter dos gregos e o nosso). Toda a peculiaridade do psiquismo do homem está em que nele são unidas (síntese) uma e outra história (evolução + história). O mesmo no desenvolvimento infantil.

A grande contribuição de Vigotski foi ao pensar o indivíduo a partir de suas relações sociais e históricas, desvinculou-se do caráter internalista e propôs um estudo relacional com o meio. Sua posição de que a consciência e as funções superiores se enraízam no espaço social, na relação com os objetos e pessoas, e nas condições objetivas de vida social, permitiu que a psicologia, ao elucidar os processos subjacentes ao desenvolvimento humano, levasse em conta tais relações (Martins, 1994).

Ao se reportar ao pensamento de Marx e Vigotski é que foi constituída a Psicologia Sócio-histórica que teve como expoente no Brasil a professora Sílvia Tatiana Maurer Lane, sendo ela responsável pelo desenvolvimento da tal perspectiva na Psicologia Social Brasileira. Suas ideias permitiram posteriormente a construção da Psicologia Social Comunitária (Bock, et al., 2007) que será exposta mais adiante.

Não é possível citar Silvia Lane sem necessariamente relacionar com o discurso da necessidade de uma transformação social, rompendo com a tradição elitista da Psicologia e se comprometendo em realizar um compromisso social com os menos favorecidos. A sua maior preocupação, como aponta Bock et al. (2007, p. 47) era construir:

(...) uma psicologia social voltada para a realidade brasileira e latino-americana, com vistas a contribuir para a superação das desigualdades e das situações de opressão, demandava uma construção teórica que permitisse compreender o homem como participante do processo social.

A perspectiva Sócio-histórica tem sua visão de homem fundamentada no entendimento da condição humana como ativa, social e histórica, da sociedade como produção histórica através do trabalho realizado por esse modelo de homem, das ideias como representação de uma realidade e da história como movimento contraditório do fazer do ser humano (Bock, 2007).

O objeto de estudo da Sócio-Histórica passou a ser concebido a partir dessa visão de homem citada acima, logo a proposta seria tratar, de acordo com Bock et al. (2007, p. 50):

(...) o homem como ser histórico, a dialética entre indivíduo e sociedade, o movimento de transformação da realidade. O objetivo era compreender o indivíduo em relação dialética com a sociedade; a constituição histórica e social do indivíduo e os elementos que explicam os processos de consciência e alienação; e as possibilidades de ação do indivíduo frente às determinações sociais.

Dessa maneira, a Psicologia Sócio-histórica, sem medo de estarmos cometendo algum equívoco, pode ser entendida como uma abordagem crítica, uma vez que as perspectivas fundadas no modelo tradicional norte-americano eram descontextualizadas da realidade social, econômica e cultural, principalmente da América Latina e não tinham no cerne da sua teorização a visão de problematizar a realidade e tentar contribuir para uma mudança social (Bock, 2007).

Adotando uma postura crítica a perspectiva Sócio-histórica construiu princípios importantes para sua caracterização enquanto tal. Entendemos ser válido expor quais são esses aspectos. Primeiramente tratou de abandonar a concepção abstrata do fenômeno psicológico, sendo ele não pertencente à natureza humana e tão pouco preexistente ao homem, assim falar de fenômeno humano é entrar na seara da condição social, econômica e cultural que vivem os homens (Bock, 2007).

Um outro elemento que confirma sua posição crítica é quando tal abordagem caminha no sentido contrário ao da tradição estigmatizadora da ciência e profissão psicológica, que promoveu, por muito tempo, esse afastamento das necessidades sociais para as quais se poderia contribuir, então passou a vislumbrar a possibilidade de atender a população mais carente, descolando assim dos interesses dos grupos dominantes que a Psicologia serviu e infelizmente ainda serve. O terceiro aspecto liga-se ao projeto de negação da naturalidade, de previsibilidade embasadas em pressupostos que desconsidera a influência social sobre nosso desenvolvimento, e afirma o ser humano como produto das determinações sociais e culturais.

Ao superar definitivamente a postura positivista e idealista, o que foi possível com a adoção do materialismo histórico-dialético, a Psicologia Sócio-Histórica desenhou um novo percurso para a prática profissional, alicerçada em um viés de criticismo frente à realidade e posicionando a profissional a favor das melhores condições de vida para qualquer pessoa. (Bock 2007).

Conforme citado anteriormente o trabalho de Silvia Lane com a Psicologia Sócio-histórica semeou a construção da Psicologia Social Comunitária, com seu diálogo com outros

teóricos latino-americanos, a exemplo de Martín-Baró, permitiu o desenvolvimento dessa vertente.

A Psicologia Comunitária é a expressão de uma teoria preocupada com a transformação social. Tal vertente se fortaleceu por influência da Psicologia de cunho crítico que despontou quando a Psicologia Social (modelo norte-americano) entrou em crise. Fundou-se um paradigma emergente e necessário que se aproximava dos problemas sociais e pretendia contribuir para a redução das desigualdades (Góis, 2005). Tínhamos então uma Psicologia contextualizada e com forte relevância social.

Quando falamos de relevância social é aquela direcionada a responder as necessidades de quem ficou marginalizado do desenvolvimento, em países latino-americanos são as maiorias populares e não tratar apenas de um ponto de vista asséptico e indiferenciado; é orientar o atendimento prioritário ou preferencial para os problemas dos menos favorecidos, desvencilhando dos interesses dos grupos dominantes (Martín-Baró, 2011).

Corroborando com a ideia de uma Psicologia de cunho verdadeiramente social e transformador, Nepomuceno et al (2008, p. 458) esclarece:

Compreendemos a Psicologia Comunitária sintonizada com esse paradigma e oriunda desse movimento de crise da Psicologia Social na América Latina. Como entendemos, está se assenta na perspectiva de uma Psicologia materialista histórico-dialética que propõe a superação da dicotomia, existente nas abordagens psicológicas, entre as influências da maturação biológica e do meio ambiente nos fenômenos psicológicos, a partir da perspectiva interacionista-dialética, que integra elementos de maturação e da influência do meio ambiente na compreensão genética dos fenômenos psicológicos.

Para Góis (2005), a Psicologia Comunitária estuda a comunidade, o modo de vida existente e a maneira através da qual este modo de vida se reflete nos moradores, transformando-os e singularizando suas atividades no cotidiano de um determinado lugar, sendo comunidade algo que se embasa em relações sociais próximas e localizadas em um mesmo espaço físico, ou seja, na mesma delimitação territorial.

A compreensão da composição deste espaço de relações, que é coletivo e individual ao mesmo tempo, é fundamental para a realização desta pesquisa, por isso devem ser consideradas várias dimensões e especificidades que caracterizam e conceituam uma comunidade, tais como: delimitação geográfica e territorial; atividades econômicas e sociais comuns; mesmo nível socioeconômico; laços históricos e culturais; necessidades e problemas comuns; convivência

efetiva, duradoura e direta; mesmo sistema de representações sociais; identificação entre moradores e destes para com o lugar; sentimento de comunidade etc. (Góis 2008).

Dessa forma, esse local de interação, de proximidade entre pessoas, a partir de demandas comuns, torna-se um terreno fértil para tratar de questões referentes à identificação dos habitantes com relação ao seu papel nesse lugar de convivência e às criações sociais particulares.

Para Góis (2005), comunidade é um conceito histórico-cultural e psicológico, além de ser também político. Portanto, o espaço comunitário não deve ser entendido somente como um lugar de homogeneidade, deve-se evidenciar a pluralidade nele existente, o que enriquece as interações, mas também promove fortes conflitos e resistências. A dinâmica deste cotidiano de sobrevivência é repleta de elementos entrelaçados nos níveis consciente e não consciente, o que representa o modo de vida da comunidade (Góis 2008).

Sawaia (1996) aponta comunidade como espaços relacionais, que vinculam os indivíduos a territórios físicos ou simbólicos. A Psicologia Comunitária orienta para a compreensão das vicissitudes da vida em comunidade e o potencial de desenvolvimento pessoal e social dos seus membros (Góis, 2008).

Tendo exposto uma pequena introdução sobre a Psicologia comunitária é válido elucidar como se desdobrou seu percurso teórico. Lane (1996) evidencia que para navegar na história da Psicologia Comunitária no Brasil é necessário estar próximo da própria economia e política do Brasil e da América Latina. Ela expõe que em pleno momento de ditadura militar houve um incômodo intelectual dos docentes de Psicologia no tocante ao entendimento da Psicologia como ciência e dos rumos das questões relacionadas à saúde mental, que, a partir de então, aproximava o tema das atividades junto à população marginalizada. Neste período desponta o termo 'Psicologia Comunitária', fortemente relacionado com atividades que tinham como foco a população pobre, ainda que influenciado por uma prática norteadada pelo assistencialismo.

A Psicologia Comunitária na América Latina surgiu por influência da Psicologia Social crítica, da educação popular e da Teologia da Libertação, sendo esses saberes pautados em algumas vertentes inovadoras para aquele momento histórico, tais como: concepções teóricas e estudos empíricos de comunidade; intervenções sociais, assistenciais e educativas; movimento social de saúde mental e crise da Psicologia Social (Góis, 2005). Nos anos de 1960, com a concepção de educação popular desenvolvida por Paulo Freire, houve aproximações com o

contexto comunitário em que se desenvolviam atividades na tentativa de construir uma ‘conscientização da população’.

Na década de 70, no âmbito da saúde mental, foram concebidos espaços comunitários como modelo de ações de prevenção para atuar embrionariamente como substitutos dos hospitais psiquiátricos. Nesse cenário, a Psicologia Comunitária, com suas práticas voltadas para a saúde mental e para a educação, foi legitimada em dois momentos: os encontros de profissionais da Psicologia organizados pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) em 1981 e 1988, onde foram discutidos vários trabalhos desenvolvidos em comunidades (Lane, 1996).

De posse do recorte histórico recente da Psicologia Comunitária, vamos tratar de suas algumas de suas contribuições. Conforme descreve Góis (2003, p. 30) esta é uma área:

Para a compreensão da atividade comunitária como atividade social significativa (consciente) própria do modo-de-vida (objetivo e subjetivo) da comunidade e que abarca seu sistema de relações e representações, modo de apropriação do espaço da comunidade, a identidade pessoal e social, a consciência, o sentido de comunidade e os valores e sentimentos aí implicados.

A Psicologia Comunitária tem como norteadores três objetivos centrais: o desenvolvimento de sujeitos comunitários, o desenvolvimento da comunidade enquanto instância ativa de poder local e a construção da Psicologia Comunitária dentro do enquadre teoria-prática-compromisso social (Góis, 2005).

No que refere ao desenvolvimento do sujeito da comunidade, isso acontece mediante o aprofundamento da consciência dos moradores com relação as suas interações em comunidade, na perspectiva de organização e desenvolvimento dela própria. Para tanto, essa área se propõe a estudar os sentimentos, sentidos e significados coletivos e também individuais da forma de interagir em comunidade, baseada, sobretudo, na transformação social e na formação de sujeitos comunitários problematizadores da sua realidade (Góis, 2003).

Um conceito bastante transversal em Psicologia Comunitária é a questão da tomada de consciência por parte dos moradores da comunidade que permite a eles enxergarem de forma mais completa o lugar onde moram e, a partir de então, promover mudanças. Sobre esse conceito, Martín-Baró explica que:

A conscientização (...) não consiste em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, em uma mudança da subjetividade individual que deixe intacta a situação

objetiva; a conscientização supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais (1996, p. 16).

Para Góis (2003), este sujeito é construído pela compreensão do morador de que ele é responsável pela realidade histórico-social na qual habita e que é capaz de transformá-la em seu próprio benefício e em benefício da coletividade e isso é possível pela via da conscientização desse sujeito.

Para realizar o desenvolvimento comunitário é preciso considerar certos aspectos tais como: base econômica da comunidade; relações sociais, as instituições e o tempo livre; a cultura, o modo de vida, história e a subjetividade social e pessoal. Com tais dimensões é possível elaborar estratégias para capacitação técnica, organização de estruturas e processos sociais, como por exemplo, trabalhar a educação dirigida para a formação consciente de lideranças. O desenvolvimento comunitário passa pela ação participativa dos moradores, autossustentável, de busca de autonomia local (Góis, 2005).

Como último objetivo da Psicologia Comunitária destacamos a reflexão sobre o enquadre que ela deve continuar inserida. A articulação teoria-prática-compromisso social tem uma inserção voltada para a compreensão e para o desenrolar do modo de vida em comunidade, abarcando a dimensão social - a comunidade - e a dimensão pessoal - sujeito comunitário (Góis 2005).

Ao longo deste ensaio teórico foi possível realizar um apanhado sobre as abordagens da Psicologia que apresentam uma preocupação não somente teórica, mas principalmente prática com relação a questões sociais que produzem desigualdades e que podem gerar exclusão, pobreza, sofrimento psíquico pela posição que o sujeito se encontra dentro de uma sociedade que pouco faz para minimizar essas desigualdades sociais.

A Psicologia dentro da perspectiva Sócio-Histórica e Comunitária realmente tem a intenção de produzir uma transformação social, no sentido mais verdadeiro de contribuir para melhorias de vida dos mais pobres e também problematizar este estado de precariedade social a qual vivemos.

Entendemos que muito ainda precisamos caminhar para conseguir diminuir as disparidades existentes, pois transformar uma realidade tão desigual é tarefa complicada e não cabe apenas a Psicologia enquanto ciência e profissional realizar sozinha, no entanto, cabe a nós instigar as outras áreas a contribuir e construir em conjunto, cabe a nós divulgar o saber que

já foi formulado, cabe a nós não deixar que esse perspectiva seja entendida apenas como um discurso militante e ideológico, que efetivamente sua importância seja garantida.

## Referências

ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico-dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 1-13, 2010. Disponível em: <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/103>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BOCK, Ana Mercês Bahia, et al. Silvia Lane e o projeto de compromisso social da Psicologia. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 46-56, 2007. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/psoc/a/w5gPmcgxnB5w5ThhFkCyCtb>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, Ana Mercês Bahia Bock; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Orgs.). **A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. 3º edição. São Paulo: Cortez, 2007.

GÓIS, Cesar Wagner de Lima. **Psicologia comunitária no Ceará: uma caminhada**. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2003.

\_\_\_\_\_. **Psicologia comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

\_\_\_\_\_. **Saúde comunitária: pensar e fazer**. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. A contribuição da psicologia sócio-histórica para a elaboração de políticas públicas. In: BOCK, Ana Mercês Bahia Bock (Org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Desafios e perspectivas da psicologia latino-americana. In: GUZZO, Raquel S. L.; LACERDA JUNIOR, Fernando (Orgs.). **Psicologia social para américa latina: o resgate da psicologia da libertação**. 2º edição. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 2, n.1, p. 7-27, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/> Acesso em: 31 jan. 2025

MARTINS, João Batista. A perspectiva metodológica em Vigotski: o materialismo dialético. **Semina: Ciências Sociais/Humanas**, Londrina, v. 15, n.3, p. 287-295, 1994. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9453/8230> Acesso em: 31 jan. 2025.

NEPOMUCENO, Leo Barbosa, et al. Por uma psicologia comunitária como práxis de libertação. **Psico**, Porto Alegre, v. 39, n.4, p. 456-464, 2008. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/3532/3836> Acesso em: 31 jan. 2025.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/SNXmnP85p4XsKmsrWgbgtpr/> Acesso em 31 jan. 2025.

VIGOTSKI, Lev S. Manuscrito de 1929. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 21, nº 71, p. 21-44, 2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/hgR8T8mmTkKsNq7TsTK3kfC>. Acesso em 31 jan. 2025.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader Burihan (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade**. 12ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

•

Como citar este artigo (Formato ABNT):

GALIZA, Nelsivânia Pinheiro de; RIBEIRO, Wallyson Martins; CHAVES, Adriana Sousa. Da Psicologia Sócio-Histórica a Psicologia Comunitária: Aproximações pelo viés da Transformação Social. **Id on Line Rev. Psic.**, Fevereiro/2025, vol.19, n.75, p.73-83, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 04/02/2024; Aceito 14/01/2025; Publicado em: 28/02/2025.